

21

PROBLEMAS DE ECONOMIA

no Campo de Formação L.U. - Verão de 1958



1 - Enquadramento do Curso e seu plano geral

Dispõe-se de três/quatro sessões — uma por dia — sendo muito heterogénea a assistência, embora com um mínimo de exigência e capacidade e, sobretudo, ansiosa de críticas e soluções revolucionárias. Além disso, haverá que enquadrar o desenvolvimento do tema escolhido no plano geral do Curso: a) despertar a consciência de jovens diplomados para problemas importantes, actuais, práticos, com incidências em Portugal Metropolitano e Ultramarino e no resto do mundo, e que devam ser resolvidos mediante o apêlo a princípios do ensino da Igreja; b) estabelecer relações com os restantes temas — político, social, cultural.

As sessões (aulas) com a duração de lh30m., não devem ter feição "catedrática", antes se desenvolvendo em amena conversa e despertando reacções dos ouvintes; podem prevêr-se complementos nos intervalos, em conversas com alguns dos participantes; e dada a presença de economistas que se têm dedicado aos problemas referidos, não só a preparação como o próprio desenrolar do Curso terão de ser feitos com a sua colaboração activa.

Uma última questão prévia: dada a escassês de tempo e a natureza de algumas matérias, tem de prevêr-se a distribuição antecipada de desenvolvidos resumos das lições, acompanhados de elementos estatísticos, fontes bibliográficas, etc.

O plano das lições seria o que segue, podendo restringir-se a uma única sessão as duas primeiras alíneas, no caso de se dispor apenas de três dias, e tornando-se também viável, se o aconselhar, o desenvolvimento dos restantes temas, a troca de posições da terceira e da quarta alíneas.

CRESCIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

- 1ª. lição - Situação da economia portuguesa no mundo.
- 2ª. lição - Elementos para uma política de crescimento.
- 3ª. lição - Industrialização e concentração do poder económico.
- 4ª. lição - Industrialização e repartição do rendimento.

Tendo presentes os objectivos e limitações, e pensando também um pouco nos colaboradores com que haveria a contar na preparação e exposição, propõe-se o esquema provisório seguinte:

## 2 - Esquema de desenvolvimento do Curso:

Na lição sobre Situação da economia portuguesa no mundo seriam abordados os pontos seguintes:

- 1.1 - o baixo nível médio de vida em Portugal, quer na Metrópole, quer no Ultramar; abandonar por agora o problema das desigualdades de repartição pessoal dentro do país (4ª. lição);
- 1.2 - comparação com outros países e síntese respeitante a situação económico-social no mundo;
- 1.3 - o atraso económico como grande problema mundial e português na 2ª. metade do século XX; colaboração no plano internacional;
- 1.4 - evolução recente em diversos países e regiões (Sul da Europa; Rússia e China; América Latina; Congo Belga e outros territórios africanos; E.U.A. e Europa industrializada); alteração profunda no mapa da situação económico-social do mundo.

O tema abre horizontes sobretudo aos diplomados de alguns cursos clássicos (Letras, Ciências, Medicina) onde não se estudam estas matérias; e permite trabalho mais profundo, na preparação ou depois da lição, à gente de Económicas (cálculo correcto das taxas de crescimento; exame crítico das discussões sobre parâmetros de crescimento; desenvolvimento comparado e diversidade de política de crescimento, por exemplo, entre a América Latina e Rússia).

Além disto, levanta imediatamente questões doutrinárias e de relação com os outros temas (Pode aceitar-se a miséria da maior parte da humanidade? O crescimento mais rápido da Rússia seria possível em outro regime político e social? Devemos prosseguir em Portugal uma política de desenvolvimento sem quaisquer limitações extra-económicas?), etc.

Na 2ª. lição intitulada Elementos para uma política de crescimento, deveria tratar-se de:

- 2.1 - dificuldades fundamentais do sub-desenvolvimento: modelo muito simples  $t = \frac{f}{k} - p$ , explicando que o atraso apenas se vence com taxas de crescimento por habitante ( $t$ ) muito elevadas; e que a isso se opõem fracos valores de ( $f$ ) - formação de capital dificultada por escassês de recursos e poupanças, muitas vezes devido ao tipo de relações internacionais, e por reduzida propensão ao investimento, dada a exiguidade dos mercados; e ainda por altos valores de ( $k$ ) por má escolha e coordenação e deficiente utilização dos equipamentos e de ( $p$ ), nos países em que a população cresce muito rapidamente.



- 2.2 - políticas de crescimento económico: referindo a intensificação da acumulação de capital e a necessidade de coordenação entre investimentos, consumos e produções intermediárias;
- 2.3 - a programação do desenvolvimento económico, tratando-se das relações entre programas ou planos e economia de empresa livre.

Além de completarem, de certo modo, o que se estudou na 1ª. lição, estes pontos obrigam a um raciocínio típico da análise económica, com todas as suas implicações metodológicas (ponto 2.1), facilitam a compreensão dos planos, designadamente os planos portugueses de fomento, (ponto 2.2) e levam a discutir os problemas de sistema económico e razões do repúdio do socialismo pela Igreja (ponto 2.3). Aos licenciados de Económicas cumpriria um estudo, de certo modo profundo, do II Plano de Fomento, à luz do esquema da lição, e o exame do tipo da política de desenvolvimento adequado à África portuguesa.

Na 3ª. e 4ª. lições desenvolvem-se aspectos que andaram implícitos nas sessões anteriores, mas que têm importância suficiente para serem autonomizados; subsidiariamente, será possível esclarecer melhor coisas anteriormente expostas.

O esquema da 3ª. lição - Industrialização e concentração do poder económico poderia ser o seguinte:

- 3.1 - a técnica moderna e a constituição de grandes empresas industriais: exposição sumária das vantagens de dimensão, acompanhada de elementos informativos acerca de dimensão das fábricas e empresas no nosso tempo em confronto com tempos passados, de predomínio das grandes empresas nos mercados e das relações estabelecidas entre empresas afins;
- 3.2 - o caso português em matéria de concentração: novas empresas industriais que só podem subsistir em monopólio ou oligopólio (condicionamento e exclusivos); simultaneamente, reconhecimento de que a concentração vai muito além desses casos, com integrações não determinadas pela tecnologia, antes em torno de pessoas ou grupos;
- 3.3 - elementos adicionais que explicam a concentração nas economias pouco evoluídas: extensão das economias de escala à comercialização, financiamento e investigação; carência de estrutura desenvolvida nesses domínios; escassês de iniciativa empresarial e de capacidade de acesso à técnica estrangeira;



3.4 - uma atitude perante a concentração do poder económico envolve o reconhecimento de certa inevitabilidade e de alguns benefícios nas grandes empresas e coligações (exigências técnicas, baixa de custos e preços, capacidade de concorrência com o exterior, boas condições para o pessoal); mas obriga a contrapor a tais elementos a grande propensão ao abuso de poder; uma solução positiva estará em auxiliar as pequenas e médias empresas, e em limitar a extensão e dimensão dos grandes grupos a manifestas imposições técnico-económicas, exercendo apertado "controle" sobre as estruturas de poderio subsistentes (convém exemplificar todas estas espécies de medidas).

Praticamente todos estes pontos se prestam à colaboração activa com os economistas, de engenheiros e licenciados em direito, sobretudo aqueles que já estejam empregados em empresas industriais. Também são muito íntimas as relações com os outros temas do Curso e importantes as implicações em face da doutrina. O assunto é candente, e no que respeita às soluções ilustra bem a necessidade de colaboração entre diversos profissionais na vida nacional (jurista, engenheiro e economista, quer nos serviços públicos, quer nas empresas). Um trabalho que poderia ser interessante era formar "equipos" dos especialistas citados, com vista a desenvolver, ao longo do ano:

- a)- vantagens de dimensão em processos fabris concretos (engenheiros e economistas);
- b)- legislação estrangeira contra o poderio económico (juristas e economistas).

A 4.<sup>a</sup> lição, tratando de Industrialização e repartição do rendimento, subordinar-se-ia ao seguinte esquema:

4.1 - uma discussão recente, em Portugal, sobre a desigualdade de repartição do rendimento: 39% ou 52% para o trabalho? situado o problema, dir-se-ia do mal conduzido da controvérsia, focando antes a atenção sobre:

- Grande desigualdade da repartição do rendimento entre nós;
- consequências sobre a acumulação de capital e o consumo;
- uma política de redistribuição.

4.2 - a grande desigualdade da repartição do rendimento entre nós pode avaliar-se por um certo número de indicadores e é típica das economias atrasadas, sobretudo das mais antigas; desenvolver a matéria de salários industriais;



4.3-costumam apontar-se vantagens dessa desigualdade para o processo de desenvolvimento: ora nem os grandes rendimentos dão lugar a largas poupanças e investimentos (ressalvado o autofinanciamento, tratado a propósito da concentração, e que a política fiscal terá em conta), pois se dirigem a consumos supérfluos; nem esses consumos se traduzem em geral, por ampliação do mercado para as actividades nacionais;

4.4-uma política de redistribuição do rendimento terá de atender à elevação dos salários, embora tomando medidas contra a inflação, e deverá recolher grande parcela dos altos rendimentos através da política fiscal; convém ter presentes os resultados de experiências estrangeiras sobre o assunto, bem como a necessidade de atender às necessidades de desenvolvimento (fomento das poupanças de trabalhadores e do investimento das empresas lucrativas).

São muito grandes as relações com o problema social — tão grandes que, propositadamente, se dirigiu aqui a atenção para as relações com o crescimento económico. Alguns pontos prestam-se a exposições de especialistas, porventura integradas também nesse outro tema:

Manuela Silva - Estrutura e política dos salários em Portugal.

Mário Monteiro - Posição do sindicalismo perante o crescimento económico.

